

EDUCAÇÃO FEMININA NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: A CONTRIBUIÇÃO DAS CONGREGAÇÕES CATÓLICAS♣

GERALDO INÁCIO FILHO♦
MICHELLE PEREIRA DA SILVA ROSSI♦♦

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi estudar as congregações religiosas católicas durante o primeiro período republicano no oeste do estado de Minas Gerais. Tais congregações desenvolveram papel peculiar na formação dos jovens, especialmente das meninas, em um contexto em que a Igreja Católica procurava consolidar sua presença ameaçada pelas propostas republicanas. Em termos Metodológicos utilizamos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, sobre a consolidação das escolas normais para capacitação da mulher e sobre os ideais educativos católicos desenvolvidos no contexto da sociedade brasileira, especialmente no oeste de Minas Gerais. Para configurarmos essa realidade em perspectiva regional, também procedemos a uma pesquisa documental acerca da implantação das escolas católicas por congregações religiosas oriundas da Europa. Percebemos que as escolas normais religiosas converteram-se em importantes espaços de difusão da educação da mulher, com o modelo “mulher ideal”, que correspondia a fins sociais determinados e foram ensinados nas referidas escolas. Os planos educativos desenvolvidos pela Igreja, destinados à mulher, considerava a relação entre a escola e o lar. A análise da consolidação das escolas confessionais permitiu-nos perceber a que a educação das mulheres foi, para a Igreja, projeto de evangelização, no sentido da Restauração Católica (Romanização) na sociedade brasileira. Nossa hipótese inicial foi que a formação feminina correspondia às preocupações católicas como meio importante da evangelização e internalização da religião na sociedade, pelo estímulo à disciplina e à ordem, bem como à defesa da família.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação; Educação Feminina; Minas Gerais; Igreja Católica

-
- ♣ Artículo Recibido en Enero de 2008; Aprobado en Febrero de 2009. Artículo de Investigación Científica.
 - ♦ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU: gifilho@faced.ufu.br.
 - ♦♦Doutoranda em Educação – UFU. Bolsista da Capes: mpsrossi@yahoo.com.br.

EDUCACIÓN FEMENINA EN TRIANGULO MINEIRO Y ALTO PARANAIBA: CONTRIBUCIÓN DE LAS CONGREGACIONES CATOLICAS

RESUMEN

La propuesta de este trabajo es estudiar las congregaciones religiosas católicas durante el primer período republicano en Minas Gerais occidental. Tales Congregaciones han desarrollado peculiar papel en la formación de los jóvenes, especialmente las niñas, en un contexto que la Iglesia Católica buscó consolidar su presencia, amenazada por las propuestas republicanas. Metodológicamente, utilizamos los procedimientos siguientes: estudio bibliográfico, acerca de la consolidación de las escuelas normales para capacitación de la mujer, y acerca de ideales educativos católicos desarrollados en el contexto brasileño, especialmente en el occidente de Minas Gerais para configurar esa realidad en perspectiva regional; también, encuesta documental acerca de la implantación de las escuelas católicas por congregaciones religiosas de Europa. Por tanto, las escuelas normales religiosas si han convertido en importantes espacios por difusión de la educación de la mujer, como el modelo «mujer ideal», que representaban a los fines sociales y fueron enseñados en esas escuelas. Por cierto, los planes educativos desarrollados por la Iglesia para la mujer, alentaría la relación entre la escuela y el hogar. El análisis de la consolidación de las escuelas confesionales, nos ha permitido percibir que la educación de mujeres fue, para la Iglesia, proyecto de la evangelización o Restauración Católico en la sociedad brasileña. Retomando la hipótesis inicial, la formación femenina correspondía a las preocupaciones católicas como un medio importante de la evangelización y internalización de la religión en la sociedad, por el estímulo a la disciplina y a la orden y la defensa de la familia.

PALABRAS-CLAVE

Historia de la Educación Educación Femenina; Minas Gerais; Iglesia Católica.

WOMEN EDUCATION AT TRIANGULO MINEIRO AND ALTO PARANAIBA: THE CONTRIBUTION OF CATHOLIC CONGREGATIONS

ABSTRACT

The proposal of this work is to study the presence of the Catholic Congregations which arrived in the West of Minas Gerais during the first republican period. Such congregations played an important role in the education of the youth, mainly, of young girls, in a context in which the Catholic Church tried to consolidate its own presence, challenged by the republican proposals. In the methodology, we used the following procedures: bibliographic inquiry to examine the consolidation of the girl-oriented schools as well as the relation of the historical foundations of this catholic program of education in the Brazilian situation, specifically in the western region of Minas Gerais. By the same token, the documental inquiry was used to examine the implantation of the catholic schools, created by he female congregations which arrived from Europe. These schools turned out to become important spaces in the broadcasting of education of the woman as an “ideal woman”, which corresponded to the expected social wishes of the time. Certainly, the educational plans developed by the Church for the woman would not favor the relation school and home. When we analyze the consolidation of these confessional schools, we understand that the woman education, in the church’s view, was part of the plan of evangelization or the catholic restauration in the republican society. At this point, the initial assumption may be brought up again: the woman education corresponded to the catholic plans as an

important means of evangelization and religious conquest in that society by growing and supporting the family as well as keeping order and discipline.

KEY WORD

History of Education; woman education; Minas Gerais; Catholic Church.

Introdução

A Igreja Católica, diante dos novos tempos no contexto brasileiro, especificamente, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, implantou sua política de restauração através da educação. O que evidencia como a atividade educativa explica e reconstrói modelos ou ideologias, tornando-se essencial para atender as expectativas dominantes e suas representações na sociedade. Então, “educação é um produto da ideologia de seus promotores” (RAMALHO, 1976, p. 16). Portanto, é uma relação de poder ou dominação, pois é através das complexidades do processo educativo que as ações podem ser legitimadas ou habitualizadas por determinado grupo. Dado este significado é possível entender a relevância que a educação assumiu no contexto brasileiro, sobretudo a partir dos últimos anos do século XIX, os diversos conflitos entre Igreja e República, que diante de suas ideologias, desenvolveram seus modelos de escolas: O modelo de escola pública para uma estrutura de sociedade que firmava seus valores para o desenvolvimento, ou o modelo de escola confessional que atendia às aspirações reformadoras da Igreja Católica.

1. As Congregações Religiosas Femininas

O projeto de Restauração da Igreja no contexto brasileiro assumiu suas diferentes formas, adaptando-se às mudanças e aplicando seus objetivos em ações sociais políticas e religiosas. A dimensão educacional não estaria isolada deste contexto, pois desde a chegada dos jesuítas a Igreja Católica desenvolveu objetivos definidos para a catequese dos índios adultos. Ao encontrarem problemas em relação a esta evangelização, passam a desenvolver o trabalho, direcionado para as crianças e, depois, para os brancos. Esta prioridade executada pela Companhia caracterizou-a como uma ordem docente, ou precisamente, uma ordem de escolas. Ao criá-la, Sto. Inácio não só confiava na educação, como forma de encontrar por meio dela novos membros para a Companhia, este era o primeiro fim, mas também, “preparar cristãos bem formados para os diversos cargos e funções da vida civil” (SCHMITZ, 1994, p.170).

Assim, a evangelização vinculada ao ensino nas chamadas aulas catequéticas, consistia no ensinamento da doutrina católica, tinha como principal objetivo formar o “cidadão lusi-

tano” ou a fé católica, termos que sob o regime do padroado, identificavam-se. Portanto, era um projeto político e religioso.

Neste aspecto, a evangelização estava caracterizada pelo domínio de terras, “passou a justificar o procedimento de opressão e escravidão de indígenas e africanos” (CRISTIANO, folheto, p. 1). É desta forma que a visão de Ramalho completa nosso pensamento: a “atividade educativa subordina-se a uma teoria da sociedade, que lhe vai fornecer critérios decisivos para a sua ação”. Então, ela fornece modelos de condutas (representações), para que seus alunos correspondam com tais perspectivas.

No entanto, é a partir de 1840, e se estende até 1889, que segue o momento de preocupação com a Reforma da Igreja, com objetivo de separar o clero da participação política. Aqui entendemos uma evangelização para “catolizar o povo brasileiro”. Daí a atenção com a difusão de escolas e a própria formação do clero, permitindo que a educação fosse importante meio para tal fim, portanto, uma catequese mais extensa.

As autoridades religiosas no Brasil “recorreram a institutos religiosos europeus para levar avante o movimento” da reforma segundo o espírito tridentino¹. Os primeiros religiosos a se estabelecerem no Brasil na

época imperial foram os Padres da Missão, seguidos pelas Filhas da caridade, ramo feminino da obra fundada por S. Vicente de Paulo. Em seguida, os jesuítas que conseguiram reentrar no país. “Já na última década do império chegaram ao Brasil os dominicanos e os salesianos” (AZZI & BEOZZO, 1986, p. 9-10). Os dominicanos instalaram, em Uberaba, no ano de 1881, a sua primeira fundação; ao lado deles, em 1885, as Irmãs Dominicanas fundaram a escola para meninas. A missão dos dominicanos também se organizava em reformar a moral do povo cristão, convocando as pessoas para regularizar os casamentos segundo a legislação eclesiástica. Estas congregações foram importantes na vida religiosa do povo e atuaram principalmente na região oeste de Minas e Goiás.

Estas reformas em âmbito nacional tiveram em Mariana, uma das primeiras dioceses do Brasil, importante inserção neste movimento. O bispo D. Viçoso (1844-1897) consolidou na diocese o trabalho dos lazaristas, que assumiram a direção do seminário e a chegada das Filhas da Caridade. Em 1889, a diocese já contava com o trabalho ativo dos Padres da Missão, as Filhas da Caridade, além do antigo Recolhimento de Macaúbas, reformado na época de D. Viçoso (AZZI & BEOZZO, 1986, p. 65).

No entanto verificamos que, desde o Império, as dificuldades em instituir a

¹ Determinou o concílio de Trento a ereção de seminários para a formação espiritual e intelectual de futuros sacerdotes. Dirigiu-se, de modo particular aos cristãos, recomendando a recepção freqüente dos sacramentos.

educação da mulher a colocava em defasagem na sociedade brasileira. Conquanto a Constituição Imperial prescrevia o ensino primário gratuito para todo o cidadão e determinava uma escolarização diferenciada para as mulheres. Mas, o Estado não possibilitou as condições para execução dos currículos nessas escolas, que, praticamente, não existiam, o ensino era precário e as escolas não tinham instalações apropriadas. A responsabilidade do ensino era conferida às províncias, que fizeram pouco caso dessa responsabilidade, devido aos gastos elevados para manter uma escola pública ou pela própria defesa do ensino privado.

Nesse conjunto de conflitos a formação feminina ficou prejudicada, pois as meninas cresciam analfabetas, sem uma mínima instrução, vivendo em casa, sendo preparadas tão somente para o casamento, ou viviam enclausuradas nos recolhimentos, como o de Macaúbas.

Conciliando o desejo de educar os jovens por parte das famílias, com o interesse do bispado pela disseminação do catolicismo na vida cotidiana dos fiéis, a educação da mulher assumiu novas proporções educacionais nestes institutos, atendendo à “clientela dos estratos superiores e médios da sociedade”, possibilitando que a criação dos internatos ou orfanatos masculinos e femininos encontrassem o apoio da sociedade (MUNIZ, 2003, p. 181). Os institutos religiosos

femininos destacaram-se na educação da juventude e em outras obras de assistência social, como o atendimento a hospitais, asilos e orfanatos.

Estes colégios eram vistos pelo bispado como importante espaço para a formação moral e religiosa. Por isto, se a preocupação com a internalização do catolicismo era essencial, por que não começar com a educação das meninas que exerceram importante papel nas suas futuras famílias?

De certa forma, esta realidade reforçou a presença de instituições privadas, principalmente, católicas, responsáveis pela formação de professoras para o setor público, não deixando de transmitir a influência religiosa: “há um ethos religioso fundante na formação dessas primeiras professoras” (LOPES & GALVÃO, 2001, p. 73). Pois, estas congregações especificavam em seus colégios uma educação de conduta estética, religiosa e formação para o lar, que salientavam em seu ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe.

Nas primeiras décadas da República, pouco mudou quanto à educação da mulher, e certas características foram perpetuadas, como o baixo nível da educação feminina, defendidos em nome das necessidades morais e sociais de preservação da família. Uma visão católica conservadora afirmando as diferenças entre o homem e a mulher, perpetuou essa imagem com o intuito de manter a supremacia masculina sobre o gênero feminino:

O desuso do cérebro a que a sociedade condenara a mulher, negando-se a instruí-la, seria o responsável pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas. Ora, se a desigualdade de capacidades intelectuais entre os sexos se devia a fatores de caráter histórico, a mulher não estava condenada a persistir na ignorância e, portanto, na inferioridade mental e social. A solução encontrava-se na educação feminina, capaz de permitir uma recuperação do atraso a que esteve sujeita [...] (SAFFIOTI, 1976, p. 206).

Essas desigualdades tornaram-se estratégias para a Igreja, que aliada aos interesses sociais, era a principal responsável pela educação feminina também no período republicano. Não é em vão que entre 1872-1930, 58 congregações masculinas se estabeleceram aqui, um número bem reduzido em relação às congregações femininas: 100. Soma-se a este crescimento a imigração do país, “ela criou a base social para a implantação de um catolicismo europeizado e romanizado muito distinto do anterior catolicismo luso-caboclo” (Centro Ecumênico de serviços à Evangelização e Educação Popular, Separata II).

Seus colégios, destinados à educação segundo os princípios católicos, “uma vez que os institutos religiosos eram considerados como os baluartes do

espírito conservador e reacionário, em oposição às reformas sociais exigidas pela sociedade brasileira” (NUNES, 1986, p. 195), traziam consigo a configuração de uma educação católica para a juventude, e, precisamente, para a mulher.

Então, tais escolas tornavam-se estratégias ideológicas da Igreja no seu projeto de restauração no decorrer do período republicano, com objetivo de centralizar e aprofundar o controle católico na sociedade, constituindo, juntamente com outras instituições católicas, como asilos, creches, bem como o trabalho catequético em geral “canais privilegiados, através dos quais a Igreja faz passar representações religiosas e éticas” (NUNES, 1986, p. 199).

As constantes crises entre Igreja e Estado encontraram seus reflexos na Educação e, precisamente, nas escolas públicas. Os debates sobre o Ensino Religioso assumiram diferentes proporções ideológicas entre a laicidade e o confessionalismo do ensino. O que traz à tona a nossa análise sobre as diversas maneiras pelas quais a escola opera ou reproduz os interesses de determinado grupo, neste caso, a Igreja e o Estado.

A Igreja, na tentativa de consolidar-se diante do novo regime, procurou defender a fé católica, sob a perspectiva de uma reforma moral através da religião. O Estado de Minas Gerais exerceu salutar influência nesta conquista da Igreja pelo Ensino Religioso. Isto porque “a Igreja em Minas

tornou-se um campo de provas dos movimentos de ação católica” (SCHWARTZMAN, BOMENY, e COSTA, 2000, p. 72), seja pela considerável presença das congregações, ou pela própria luta contra o laicismo integral do ensino, salientando a importância da educação como meios de atingir fins.

Francisco Campos ao assumir o Ministério da Educação e Saúde, em 1930, reforçou no âmbito nacional a força política do Ensino Religioso nas escolas, pois via nele o papel para a estabilização do novo governo, o que resultou no decreto de 1931, permitindo o ensino nas escolas públicas. Para Campos, o papel da Igreja era importante instrumento em seu projeto político, sua visão voltava-se para a consolidação do novo governo. Esse pensamento relacionava-se com a própria visão que a Igreja tinha sobre o Ensino Religioso: a formação moral do jovem.

A Igreja reclamava a sua exclusão, naquele primeiro momento republicano, das Escolas Públicas que se expandiam pelo país: “jamais se ouviu tanto falar de moral, como nos nossos tempos, e nunca se fez d’ella tamanho descaso. Nega-se á Igreja o direito de ensinar e de inculcar nos corações os preceitos de Deus” (Correio Catholico, 1924, nº 08). Portanto, foi pela defesa da fé, ou pela importante missão que a Igreja desempenhou na trajetória do país, que as suas reclamações pela presença do Ensino Religioso foram constantes, ao mesmo tempo, que baseadas nesta tradição educacional.

Somente com a posse de Gustavo Capanema, em 1934, no Ministério da Educação e Saúde, mudanças mais significativas na educação foram dirigidas à Igreja Católica. Assim, considerado homem de confiança da Igreja, “as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério como parte do acordo geral que, então, se estabelecera entre a Igreja e o Regime de Vargas, proposto anos antes por Francisco Campos” (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000, p. 65), acontecimento este apoiado pela influência de Alceu Amoroso Lima.

As transformações desenvolvidas por Capanema também alcançaram a educação feminina, sua educação se desdobraria em dois planos: “haveria que proteger a família” ao mesmo tempo em que “haveria que dar à mulher uma educação adequada ao seu papel familiar” (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p. 123). Entendemos que a educação feminina ainda relacionada a sua função natural, para o trabalho doméstico. Ao lado disso, o seu papel social foi afirmado sobre a importância que a família tinha para a sociedade, daí a valorização das virtudes femininas, e do seu papel social ao executar obras sociais. Assim, verificamos que a trajetória da educação brasileira, difundida, preferivelmente, em função de aspectos religiosos, também moldou-se a tais realidades sociais tornando-se instrumento do universo religioso.

Para a Igreja Católica, vista como educadora natural, a sua missão de educar

fazia parte de um fim maior que é a promulgação de sua fé. Não é em vão o seu empenho em promover a criação de escolas católicas e tornarem-se importantes instituições de ensino, apoiadas e, muitas vezes, mantidas, também, pelos recursos públicos. Isto foi possível a partir da Constituição de 1934.

O desenvolvimento de escolas católicas femininas criaram probabilidade para a formação da mulher. No entanto, é imprescindível considerarmos, que abriu caminhos e possibilidades para a atuação da mulher não somente na sociedade, mas principalmente na Igreja.

2. A presença das Congregações e a consolidação da educação católica no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

O oeste de Minas (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) pertencia à diocese de Goiás. Em 1896, as treze câmeras municipais do Triângulo Mineiro dirigiram-se ao Papa Leão XIII, solicitando a transferência da região para a diocese de São Paulo, devido aos contratempos e a distância de Goiás:

Desde muitos anos que se reclama no Triângulo Mineiro a passagem para a Diocese de S. Paulo, onde pela estrada de ferro que atravessa esta parte de Minas, os negócios inerentes à mitra seriam despachados com a máxima urgência, o que não acontece na atualidade. Não acontece porque sendo a sede do Bispado Goiano na cidade de

Goiás, capital daquele Estado, as relações pelo correio são sobremodo morosas pelas dificuldades de vias fáceis e rápidas de comunicação (NABUT, 1987, p.39).

No entanto, somente em 1907, onze anos depois, o Papa Pio X atendeu às solicitações de D. Eduardo Duarte Silva, criar a Diocese de Uberaba, constituindo-se de toda a região do Oeste de Minas. Então, recebe suas primeiras obrigações, dentre elas:

Determinando o Concílio de Trento que em todas as dioceses se estabeleça um Seminário, mandamos que, logo que for possível, abra-se um nesta nova Diocese Seminário, no qual sejam mantidos e instruídos nas disciplinas da Igreja moços que dêem esperança de vocação; e, por meio de um estudo sério e completo, conforme as leis estatuídas, especialmente nestes tempos calamitosos, se lhes infunda o amor a Deus, a imoralidade, e se lhe subministre doutrinas sãs, quer filosóficas, quer teológicas, hauridas especialmente dos ensinamentos do Doutor Angélico (NABUT, 1987, p.43).

Não é surpresa que, com a nomeação do primeiro Bispo de Uberaba, D. Eduardo Duarte da Costa, transferido de Goiás, em 24 de maio de 1908, providenciou um colégio para meninas em Água Suja e outro em Araguari,

entregando a direção destas escolas para às Irmãs Belgas da Congregação do Imaculado Coração de Maria e o “Colégio Regina Pacis” dirigido pelo Padres dos Sagrados Corações de Jesus e Maria. A sua preocupação com a difusão de escolas voltava-se para o interior da região como importante meio de evangelização da fé católica, isto incita-o “pela circular de 31 de julho de 1910, a recomendação sobre a criação de escolas paroquiais” (NABUT, 1987, p.39). Veio à tona o vigor e a utilidade pela qual a Igreja via na educação meio para formar a moral e os costumes do próprio cidadão católico.

D. Eduardo exerceu durante quinze anos o episcopado como Bispo de Uberaba. Com a sua retirada, D. Antônio de Almeida Lustosa, continuou o seu empreendimento educativo. Em 1925, ele assumiu a Diocese e foi importante líder da restauração católica na região, principalmente em Patrocínio, com a presença da Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria por meio de sua ação na formação da Escola Normal N. Sra. do Patrocínio; mesmo diante do seu curto ministério na Diocese: 1925-1928.

Dom Lustosa, antes de chegar a Uberaba já realizara importante currículo educativo: “regeu várias cadeiras no Gymnasio de S. Joaquim, de Lorena. Diretor do estabelecimento Salesiano de Jaboatão, Pernambuco, do Collegio Salesiano de Lavrinhas, São Paulo, e o Gymnasio de Bagé, Rio

Grande do Sul” (Correio Catholico, 1925. Dom Lustosa e a Instrução. 01.03.1925, nº 46). Através do seu vigor eclesiástico, Dom Lustosa percorreu imediatamente a diocese, procurando conhecer suas necessidades. Não foi difícil verificar as carências educacionais e religiosas na região. Por isso, reabriu o Seminário Diocesano para a formação do clero, estruturando a atividade da Igreja Católica.

Com objetivo de catolizar a população, desenvolveu, os movimentos populares que já estavam atuantes, operou o revigoração do Apostolado da Oração, criou na cidade de Uberaba a escola de instrução primária para meninos pobres, criou a Associação dos Moços Católicos, remodelou a imprensa católica, que assumiu importante meio de veiculação doutrinária nas manifestações sobre a moral, a educação, e, até mesmo, contra o protestantismo. Finalmente, ainda sobre a educação, incentivou o ensino do catecismo. A política eclesiástica de Dom Lustosa estava atrelada a uma conjuntura maior em conformidade ao que se passava no país. A região, naquele momento, também se deparava com a presença do protestantismo, o que resultava numa ameaça aos princípios e autoridades da Igreja Católica.

Sendo transferido para Corumbá em 1929, assumiu o seu lugar o Bispo D. Frei Luiz Maria de Sant’Ana, ingressante da Ordem dos Capuchinhos Franciscanos, ele

também ampliou o trabalho educacional na Diocese, promoveu a vinda dos Padres Estigmatinos que receberam as paróquias de Ituiutaba e Uberaba; dos padres Capuchinhos, em Frutal e Carmo do Paranaíba, as Missionárias de Jesus Crucificado que abriram a Escola Normal em Uberlândia e as Missionárias de N. Sra. Das Dores em Ibiá.

Portanto, até 1937, verificamos uma ação educacional por parte do Bispado na construção de escolas, principalmente, com o número considerável de Congregações que vieram para a região: Congregações Religiosas Masculinas: Padres da Missão Lazarista (estabelecidos em Campina Verde desde 1828); Padres Dominicanos (Uberaba desde 1881); Padres dos Sagrados Corações (estabelecidos na diocese desde 1925, em Araguari, Patrocínio e Água Suja); Padres Salesianos (Estabelecidos em Araxá, desde 1926, fundaram, em 1931, o Ginásio Dom Bosco); Padres Estigmatinos (Entraram na diocese em 1935, em Ituiutaba e N. Sra. da Abadia); Padres Capuchinhos (Estabeleceram, em 1936, em Carmo do Paranaíba e Frutal. Em 1937, em Patos); Irmãos Maristas (Desde o ano de 1903 mantêm o Ginásio Estadual de Uberaba)

Quanto às Congregações Religiosas Femininas ficaram assim estabelecidas: Irmãs Dominicanas (Estabelecidas, em Uberaba, 1885. Fundaram o colégio de N. Sra. Das Dores); Irmãs do S. Coração de Maria de

Berlaar, Bélgica (Dirigem na Diocese dois importantes colégios: Colégio Sagrado Coração de Jesus em Araguari, fundado em 1919, e o Colégio N. Sra. Do Patrocínio, fundado em 1929); Irmãs de Jesus, Maria José (Dirigem em Uberaba o Asilo Sto. Antônio desde 1914); Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (Estabelecidas em Uberlândia desde 1933, com o Colégio N. Sra. das Lágrimas, e em Araxá o orfanato, em 1937); . Irmãs Missionárias de N. Sra. Das Dores (Hospital em Patos e o Colégio de S. José em Ibiá).

Este considerável índice de Congregações torna-se significativo para compreendermos a ação educacional da Igreja naquele momento republicano. Tais congregações trouxeram os reflexos das mudanças sociais que desencadearam na Europa e são caracterizadas pelos constantes ministérios voltados para a vida social, como saúde e educação. Conforme o pensamento de Nunes (1986, p. 188), estas religiosas “encontram-se situadas socialmente, e suas ações podem dirigir-se à consolidação da situação vigente ou à sua transformação social”, foram conferidas pela própria congregação através da eficácia no alcance social. Isto diferenciou as Congregações dos antigos modelos de vida religiosa. Nos séculos XVII e XVIII, a Vida Religiosa se estruturava de tal forma que cada comunidade religiosa feminina era independente, mas limitada pela influência do clero. Estas não exerciam qualquer atividade fora da área conventual.

Somente a partir do século XIX, devido às mudanças político-sociais, as congregações assumiram o projeto de atuação social. Daí o significado que tais congregações assumiram no país, como estratégia de reforma e restauração da Igreja no Brasil, e o seu papel nos diversos locais da sociedade: Asilos, creches, orfanatos, hospitais e, claro, escolas para atender a formação feminina e crianças.

3. A Escola Normal: Um espaço difusor do ser mulher.

As primeiras escolas normais para a formação de professores no Brasil foram criadas entre 1835 a 1880, sendo oferecidas inicialmente aos homens. Em Minas Gerais, a Escola Normal foi instalada em 1840. Em 1841, ainda faltavam alguns materiais como compêndios e tabelas, que o presidente da província julgava “indispensáveis à prática de novo sistema de ensino”, e acrescenta: “40 alunos estavam matriculados” (MOACYR, 1940, p.79)

A Escola Normal de Ouro Preto passou por constantes improvisações: em 1842, ficou sem exercício do ano letivo; em 1846, foi novamente estabelecida; em 1852, foi fechada. Somente em 1871, ela é definitivamente reaberta. Em 1872, o Regulamento do Ensino nº 62 constituiu uma Escola Normal na capital e em outras localidades. O programa destas escolas ficou assim estabelecido:

O curso será em dois anos com as seguintes matérias: instrução

moral e religiosa; gramática da língua nacional; [...] aritmética; sistema métrico e elementos de geometria; noções gerais de geografia e historia, geografia do Brasil, mormente da província; leitura refletida da Constituição do Império; pedagogia e legislação do ensino. Haverá uma aula de desenho linear e outra de musica (MOACYR, 1940, p. 178).

Neste mesmo regulamento, o presidente ressaltava a presença feminina nas Escolas Normais, onde tal frequência tornara-se comum a homens e mulheres, embora em lições alternadas. Desta maneira, estas escolas constituíram-se como espaço para a profissionalização feminina, acontecimento este que se expandirá na Primeira República em diferentes contextos nacionais, como em Minas Gerais.

Em 1906, a criação da Escola Normal da nova capital, com a Reforma João Pinheiro: “trata a educação como um dos pilares básicos da República” dirigida “exclusivamente à mulher”, pois sofreram mudanças em seus currículos com a “introdução da disciplina Prendas Domésticas e Trabalhos com Agulha, cursada apenas pelas alunas” (FARIA, 2000. p. 29).

Embora no decorrer da Primeira República, elas desenvolvessem relevantes papéis na formação da mulher, não eram satisfatórias, pois “dada a insuficiência quantitativa das escolas normais, o encaminhamento das moças

aos cursos secundários dos colégios religiosos privados constituía sério obstáculo à profissionalização feminina (SAFFIOTI, 1976, p. 215), pois, propósitos diferentes eram relacionados às instituições laicas e religiosas, quanto à formação da mulher, visto que, enquanto a primeira se responsabilizava pela formação da classe popular, as instituições religiosas privadas se preocupavam com a formação da elite.

Obviamente, um dos fatores que possibilitou a profissionalização da mulher, no magistério foi a necessidade da classe menos favorecida de procurar a instituição escolar (o magistério primário) como meio de sobrevivência, enquanto as filhas da elite, em sua maioria, se preocupavam apenas com o conhecimento cultural estabelecendo a estreita relação diploma e casamento. Com a crise econômica depois da Revolução de 1930, as filhas da elite procuraram o magistério como profissão, devido aos problemas financeiros de suas famílias.

A Igreja Católica mostrando-se aliada aos interesses das oligarquias, permaneceu dirigindo boa parte do ensino destinado às mulheres, por meio dos seus colégios religiosos, que foram responsáveis pela educação das filhas da elite, apoiando a formação diferenciada dos sexos. Nesse contexto, ela prevalecia com o maior número de escolas femininas. Os seus colégios, por não serem gratuitos, não possibilitavam o acesso às camadas desfavorecidas da sociedade.

A educação feminina nessas escolas ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, “procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo)” (MANOEL, 1996, p. 86). O ensino ministrado nas escolas confessionais favorecia a hegemonia da Igreja, em razão do insignificante número de escolas normais públicas no país.

Esse conjunto de relatos e acontecimentos marcou o início da formação feminina: “Até a década de 30, a Escola Normal gerida pelo Estado ou por instituições religiosas, mesmo com todas as limitações que continha, desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira” (NOVAES, 1995, p. 22).

Nessa perspectiva, percebemos que o processo de escolarização que a nova vida urbana cobrava do país acelerou a entrada da mulher nas Escolas Normais, pois o modelo criado desde a colônia já não correspondia às exigências da urbanização brasileira, percebendo que não era mais possível manter a mulher no mesmo estado de ignorância e isolamento. A entrada da mulher para a Escola Normal também está estritamente ligada à demanda do curso primário, devido ao esforço pela democratização da cultura e pela preocupação com o alto índice de analfabetismo da população. A feminização do magistério primário no Brasil aconteceu somente no século XX,

enquanto, na Europa, o século XIX já era palco deste processo.

As mulheres atendiam às condições profissionais exigidas para o magistério primário, que, até então, era direcionado aos homens. O magistério, comparado à maternidade, tinha na figura da sua representação a mulher, pois era responsável pela educação dos filhos, sendo a pessoa mais apropriada para ensinar, ao agir com brandura, amor e compreensão com os seus alunos. Ao contrário dos homens, seres ásperos, rudes, poderiam eles, tirar o gosto pela escola por parte das crianças.

Avaliando o projeto educativo católico, no contexto brasileiro, especificamente o regional em Minas Gerais, compreendemos que a Igreja assumiu, de forma significativa, o aspecto educacional. A relevância que as Congregações desempenharam neste período retratava os objetivos da própria Igreja de catolizar o povo através da educação.

Neste sentido, a educação foi percebida pelo ideário católico como capaz de desempenhar papel de relevo diante destas transformações, que se desencadeavam a partir do período republicano da juventude católica. Confirmando, assim, a nossa análise: a educação assume relevância na sua função de legitimadora da ideologia dominante, enquadrando-se ao modelo social. É desta forma que a visão de Ramalho (1976), completa nosso pensamento: a “atividade educativa subordina-se a uma teoria da

sociedade, que lhe vai fornecer critérios decisivos para a sua ação”. Então, ela fornece modelos de condutas (representações), para que seus alunos correspondam com tais perspectivas.

Este processo é percebido pela Congregação Sagrado Coração de Maria, que instalou-se em Patrocínio por meio do projeto de educação católica feminina, resultando na criação de uma escola primária (1928) e uma Escola Normal (1933).

Considerações Finais

As Escolas Normais religiosas tornaram-se importantes espaços para a difusão da educação feminina, como o modelo de “mulher ideal”, que correspondia aos propósitos sociais vigentes e foram disseminados por tais escolas.

De certo, os planos educacionais desenvolvidos pela Igreja para a mulher, não deixariam de favorecer a relação entre escola e lar, ao mesmo tempo, as escolas confessionais católicas foram importantes instituições que atenderam à demanda de professoras primárias para as escolas públicas, pois, naquele momento, o sentido de educação estava associado ao desenvolvimento, daí a necessidade e a expansão da formação do povo, que em sua maioria, encontrava-se analfabeto. Ao lado disso, a necessidade da formação de normalistas para atender a este desenvolvimento.

Finalmente, ao analisarmos a consolidação das escolas confessionais, principalmente devido à presença considerável de congregações femininas, entendemos que a educação da mulher constituiu, para a Igreja, projeto de evangelização ou restauração católica na sociedade republicana.

Retoma-se aqui a hipótese inicial, a formação feminina correspondeu aos anseios católicos como importante meio de evangelização e interiorização da própria religião naquela sociedade, pelo cultivo e estímulo em defesa da família, pela ordem e a disciplina nesta educação. 

